

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ALLAM BARBOSA GARCIA

**A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A OCUPAÇÃO
DO TERRITÓRIO À LESTE DO MUNICÍPIO.**

São Paulo

2017

ALLAM BARBOSA GARCIA

**A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A OCUPAÇÃO
DO TERRITÓRIO À LESTE DO MUNICÍPIO.**

Trabalho de Graduação individual apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Rita de Cassia Ariza da Cruz

São Paulo

2017

Aos meus pais, meus grandes heróis.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para agradecer às pessoas que estiveram, direta ou indiretamente envolvidas neste trabalho. No entanto, se faz necessário alguns agradecimentos individuais.

O meu primeiro agradecimento será direcionado aos meus pais, Mauricio e Marileide, que de todas as formas possíveis se mantiveram ao meu lado para me apoiar incondicionalmente em todas as fases da minha vida.

Meu segundo agradecimento está direcionado aos meus parceiros de faculdade, essas pessoas tiveram um papel fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal: Marcos, João, “Tói” (Antônio), “Mi” (Camila), Elis, Hugo, Rafael “Shubão” e o Gabriel “Americana”.

Agradeço também a minha orientadora, Prof. Rita, que forneceu o apoio necessário para transformar uma ideia simples nesta monografia.

Por fim, agradeço a Stefany que me acompanhou nesta trajetória, sempre me apoiando quando necessário e organizando meus pensamentos extremamente abstratos. Te amo!

A todos, o meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho trata dos principais processos que levaram a formação do território urbano da Cidade de São Paulo que refletiram no processo de ocupação da Zona Leste. Assim, buscou-se efetuar uma retrospectiva da história da cidade, com base em uma bibliografia bastante conhecida e buscando compreender contradições que marcaram essa história.

Palavra-chave: Zona Leste, Ocupação da Zona Leste, Preriferização, Urbanização de São Paulo.

ABSTRACT

This work deals with the main processes that led to the formation of the urban territory of the City of São Paulo that reflected in the process of occupation of the East Zone. Thus, it was sought to make a retrospective of the history of the city, based on a well-known bibliography and seeking to understand contradictions that marked this history.

Keyword: East Zone, East Zone Occupation, Preriferization, Urbanization of São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. OCUPAÇÃO INICIAL DA CIDADE E OS PRIMEIROS PASSOS DA INDÚSTRIA	8
1.1. SÃO PAULO ATÉ O SÉCULO XVIII	
1.2. MUDANÇAS ECONÔMICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX	
1.3. ZONA LESTE, PRIMEIROS TEMPOS	
2. ACELERAÇÃO DE PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E INÍCIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PERIFERIA URBANA	15
3. MUDANÇAS DA ECONOMIA NO CAMPO E EXPANSÃO DA PERIFERIA URBANA.....	22
4. CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS FORMAÇÃO DA PERIFERIA URBANA E FORTALECIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

O processo de formação da cidade de São Paulo está intimamente ligado a sua topografia, mas também e principalmente, à sua localização privilegiada em relação às regiões produtoras e ao porto de Santos. É a partir do conjunto desses fatores que se dá a ocupação de seu território.

Através das mudanças econômicas no âmbito nacional vivenciadas em meados do século XIX e a importância adquirida pelo café, São Paulo se torna um núcleo urbano importante do país e mais tarde com a expansão industrial assiste ao crescimento cada vez maior da sua população, que é formada basicamente por trabalhadores imigrantes.

É neste cenário que os bairros da cidade começam a se expandir, visto que antes se restringiam apenas à região central. A zona leste, por sua vez, foi ocupada a partir de uma diversidade de núcleos que se difundiu ao longo do antigo caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro.

A presente pesquisa tem como objetivo discorrer sobre tal processo com foco na zona leste do município de São Paulo mostrando as principais características de sua ocupação e evidenciando a presença da segregação socioterritorial. Para isso foram adotadas metodologias de pesquisa bibliográfica, analisando textos e dados demográficos, estruturados da seguinte maneira:

Em primeiro momento realizaremos um breve histórico da estruturação do município, explicando as características físicas e econômicas de sua formação, ponderando sobre a porção leste.

Na segunda parte discutiremos sobre o processo de industrialização e periferização da cidade, que é evidenciado como o conjunto das ações do poder público, somadas às ações de setores hegemônicos da sociedade, que destinam a possibilidade

de moradia aos mais pobres, as regiões distantes do centro urbano e portanto desprovidas de infraestrutura.

Já no 3º capítulo iremos discorrer sobre a “ampliação” da cidade e as principais mudanças econômicas na indústria, que representou uma grande expansão da periferia urbana que se deu principalmente sob a forma de loteamentos clandestinos e favelas.

E por fim, no 4º capítulo mostraremos como os processos de transferência dos trabalhadores para setor terciário, redemocratização, fortalecimento dos movimentos sociais, além da ascensão do ideal liberal ajudou na consolidação dos processos de formação periferia da cidade.

O trabalho é concluído com as considerações finais.

1. OCUPAÇÃO INICIAL DA CIDADE E OS PRIMEIROS PASSOS DA INDÚSTRIA

1.1. SÃO PAULO ATÉ O SÉCULO XVIII

A cidade de São Paulo é o resultado de um processo histórico que envolveu a ocupação urbana e topográfica do planalto paulista. Ela se estruturou entre um conjunto de cinco grandes artérias de convergência que conformaram o território metropolitano e definiram o seu papel de ponto de entroncamento e articulação regional (GASPAR, APARÍCIO E BESSA, 2004, p. 34).

Segundo Richard Morse (1970, p. 34):

"Essas cinco estradas abriam-se em leque para o interior de São Paulo da seguinte maneira: 1. a nordeste, para o Rio de Janeiro, ao longo do rio Paraíba. Neste vale, estreito e densamente povoado, nascia próspera a economia do café nos inícios do século XIX. Havia nele algumas saídas laterais - ao sul, para a costa, pela Serra do Mar, e ao norte, para Minas Gerais, pela Serra da Mantiqueira - mas o Rio de Janeiro e São Paulo, em suas extremidades, constituíam os escoadouros naturais. 2. Ao norte, para Minas Gerais, através de Atibaia e Bragança. [...] 3. A noroeste, via Jundiaí, para Campinas, a rival de São Paulo durante todo o século XIX, penetrando depois no império do café. Mais tarde a estrada inglesa que partia de Santos seguiu este eixo. 4. A oeste-noroeste para Itu e Porto Feliz. [...] 5. A oeste para Sorocaba e daí para o sudoeste".

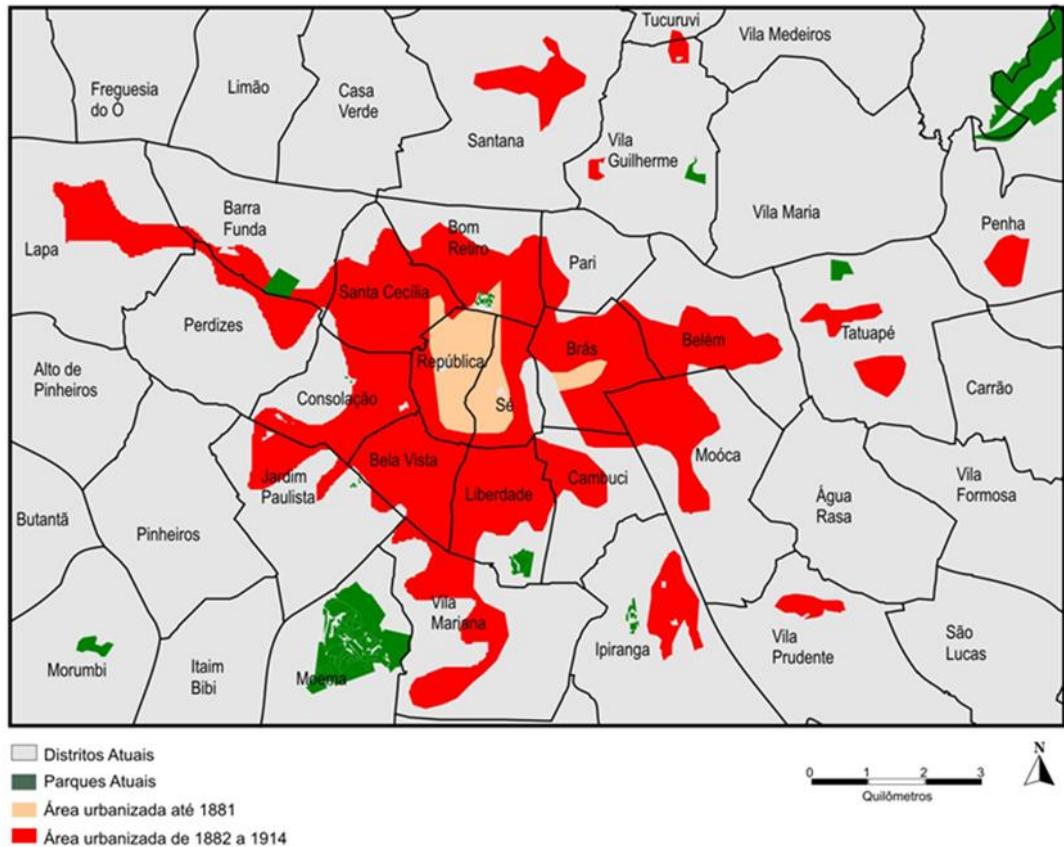
Neste contexto, ao final do século XVII e início do século XVIII, os limites da cidade de São Paulo eram difíceis de precisar, estavam basicamente no espaço contido entre os conventos de São Bento, do Colégio, do Carmo, de São Francisco e mais o bairro da Tabatinguera, ou seja, se restringiram ao que hoje chamamos de região central da cidade (BRUNO, 1954, p. 181). O mapa 1 nos auxilia na visualização da mancha urbana deste período.

Salles (2008, p. 180) nos ajuda a compreender como era estruturada na cidade:

"Esse período caracteriza-se por arruamentos isolados, completamente separados da cidade propriamente dita. Caracteriza-se também pela absorção quase total do cinturão das chácaras. A parte arruada vai da Várzea do Tietê, Barra Funda, Belenzinho, até a Quarta Parada, Mooca, Vila Deodoro, Aclimação, Paraíso, Santa Cecília, Vila América e Higienópolis. Além desses bairros, Vila Mariana, Vila Clementino e Perdizes aparecem, então, como apêndices desse bloco mais compacto. Pinheiros, antigo aldeamento indígena, e a antiga Freguesia do Ó aparecem como loteamentos com arruamentos bastante amplos, o que denota a expansão da cidade e a tendência do desdobramento do espaço urbano. O transporte urbano já estava relativamente desenvolvido desde finais do século, primeiro com os bondes "a tração animal" (cuja primeira linha se inaugura em 1872, ligando o Centro à Estação da Luz), depois com o bonde elétrico (depois de 1900), interligava o espaço urbano com o auxílio da malha ferroviária do estado, a qual, em parte, penetrava na cidade interligando a atividade cafeeira e o desenvolvimento urbano da cidade. O bonde elétrico facilita a expansão difusa do espaço urbano, estendendo suas linhas aos bairros mais afastados e a regiões ainda não urbanizadas. "

Contudo, esse cenário começa a se alterar com a mudança da gravidade macroeconômica do país para região da cidade de São Paulo e que abordaremos este tema a seguir.

MAPA 1 – São Paulo – Área Urbanizada (1882-1914):



Mapa 1 - Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/

1.2. MUDANÇAS ECONÔMICAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Pode-se afirmar que a gravidade econômica – graças às lavouras, de algodão, de fumo e especialmente de cana-de-açúcar – e política do país estavam voltadas as províncias do Nordeste, até o final do século XVIII. Entretanto, no começo do século XIX, esta situação começou a se modificar, o mercado das exportações agrícolas tradicionais do Brasil, citadas anteriormente, por diversas razões haviam começado a se retrair, em contrapartida, a procura mundial, particularmente norte-americana, pelo café brasileiro começava a se impor (MOTA, 2007, p. 23).

Segundo Mota (2007, p. 23) aponta que:

“O vulto assumido pela cultura do café no centro-sul, em meados do século XIX, transferiu rapidamente para essa região o centro de gravidade econômica e política do País, que se conservava até então localizado nas províncias do Nordeste, graças às lavouras mais antigas, do algodão, do fumo e especialmente da cana-de-açúcar.” (PRADO, apud REIS FILHO, 2002, p.146)

As condições se mostravam favoráveis sob todos os aspectos para a produção cafeeira. Alcançando maiores rendimentos por hectare e contando com um mercado consumidor praticamente ilimitado, a nova cultura garantiu ao mesmo tempo a contínua expansão das áreas cultivadas – com o quadro tradicional de latifúndio e monocultura – e a maior densidade de riqueza e população até então atingidos no Brasil. São exatamente esses recursos e seu grau de concentração que irão possibilitar e favorecer as grandes transformações operadas nos outros setores de produção e da vida nacional, como a implantação de ferrovias e a seguir o surgimento de uma industrialização voltada para o mercado interno.” (REIS FILHO, op. cit., p.146.)

Sendo assim, os recursos provenientes da cultura do café, além de seu grau de concentração, favoreceram e direcionaram os processos de transformação da economia nacional, como também da cidade de São Paulo.

De acordo com Hardman e Leonardi (1991), foi graças ao aumento da produção e exportação do café nas últimas décadas do século XIX, que se iniciou o processo de

acumulação de capital, por parte de fazendeiros paulistas. Esses constituíram a burguesia nascente, que, associada ao capital estrangeiro, principalmente inglês, passou a investir: em ferrovias, casas importadoras e exportadoras, comercialização portuária, organização bancária, companhias de seguro, e também nas primeiras fábricas. Na Zona Leste esse processo potencializou a urbanização de seu território e este é o assunto que abordaremos a seguir.

1.3. ZONA LESTE, PRIMEIROS TEMPOS.

A Zona Leste foi ocupada a partir de uma diversidade de núcleos que se difundiram ao longo do antigo caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro (conhecido como Caminho Geral do Sertão, Caminho dos Paulistas ou Caminho de São Paulo), através do Vale do Paraíba. Esse eixo foi reforçado com a implementação da antiga ferrovia Central do Brasil (que também fazia a ligação da cidade de São Paulo ao Rio de Janeiro) no final do século XIX (ROLNIK & FRÚGOLI JR, 2001).

Segundo Amadio (2004, p. 34) justamente com a instalação da ferrovia, vieram as indústrias, principalmente na região do Brás, sua proximidade era resultado da necessidade de fornecimento de combustível para as fornalhas. Posteriormente, foi o fornecimento de matéria-prima para transformação nas indústrias que a trouxe.

Como os trilhos das ferrovias foram colocados à margem dos rios, isso determinou a formação de uma faixa industrial, formando um arco a leste e ao norte do centro de São Paulo, numa zona de terrenos baixos e úmidos, e, por isso mesmo abandonados durante muito tempo. (TORRES, p.106-107).

O geógrafo Pasquale Petrone (apud AMADIO, op. cit., p.25) também atribuiu a constituição das áreas industriais ao Leste, Oeste e Sul da cidade aos trilhos das ferrovias:

“Não resta dúvida que as principais áreas industriais acompanham as vias férreas – Brás, Belenzinho, Tatuapé, Comendador Ermelino e São Miguel”

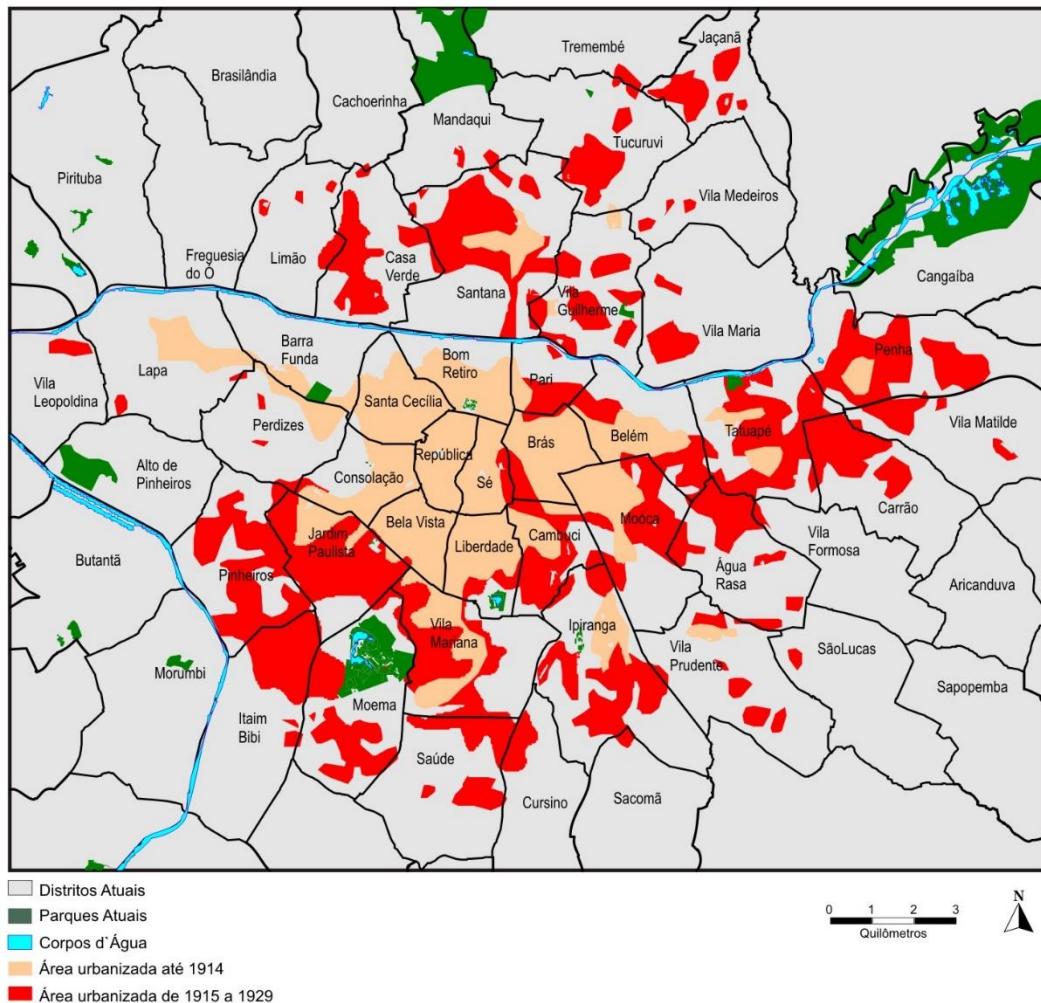
Paulista ao longo dos trilhos da Central do Brasil; ainda o Brás, o Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano do sul e Santo André, acompanhando a Santos-Jundiaí; Barra Funda, Água Branca, Lapa e Osasco, servidas tanto por esta via férrea como pela Sorocabana”.

Observa-se assim, que os bairros do Brás, Belenzinho, Tatuapé, Comendador Ermelino, São Miguel Paulista e da Mooca foram as regiões da zona leste, neste primeiro momento, que mais tiveram o impacto das transformações deste período. Entretanto, é a partir da década de 1940 que se inicia o processo de ocupação mais incisiva desta região, ligado ao processo de formação da periferia da cidade, como aponta Nunes (2014).

Assim, pode-se afirmar, com base em Bóguia e Pasternak (2015, p. 15-16) que durante o início dos anos de 1930 até o final da segunda guerra mundial, deu-se a fase de expansão ferroviária ou pré-metropolitana. É nesse período que se constituem alguns dos elementos estruturantes da futura metrópole, com a instalação de indústrias ao longo das estradas de ferro Santos-Jundiaí e Sorocabana, e também a integração com os municípios vizinhos de Osasco, São Caetano do Sul e Santo André, municípios ainda com características rurais, mas onde já se alojava parte da população operária.

Os mapas 1 e 2 nos ajudam a observar como se deu esse movimento da mancha urbana da cidade, a região central se expandiu através de uma mancha continua, espaços foram sendo interligados, mesmo que precariamente, bairros como a Mooca, Água Rasa e Mooca, são exemplos deste processo. Neste mesmo processo, bairros como Parque São Lucas e Vila Prudente tiveram o aparecimento de pequenos núcleos urbanizados.

MAPA 2 – São Paulo – Área Urbanizada (1915/1929).



Mapa 2 - Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/

2. ACELERAÇÃO DE PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E INÍCIO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA PERIFERIA URBANA

Em 1872, São Paulo contava com uma população de 31.385, já em 1940 esse número sobe para 1.326.261 habitantes, como se observa na Tabela 1. Este crescimento foi resultado, em grande parte, ao desenvolvimento econômico da cidade que propiciou um alargamento urbano em todas as direções (seguindo um padrão radiocêntrico) (NUNES, 2014).

TABELA 1 – Evolução populacional

Ano	População	Crescimento (%)
1872	31.385	-
1890	64.934	52%
1900	239.820	73%
1920	579.033	59%
1940	1.326.261	56%

Tabela 1 - Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Embora continue a tendência anterior de certo isolamento dos bairros, já há um esboço de arruamento entre vários deles, como Pinheiros e Consolação; entre Perdizes e a Lapa, nasce a Vila Pompéia e a Vila Romana; o espaço entre a Lapa e a Vila Leopoldina é ocupado por novos loteamentos e algumas áreas vizinhas ao bloco central são também arruadas: Pacaembu, Jardim América, Jardim Europa, J. Paulista, Alto da Mooca. Todos são mais ou menos desprovidos de edificações, permanecendo uma tendência do período anterior, que é a especulação imobiliária. Entretanto, esboçam-se novas tendências, entre as quais a ocupação de trechos de várzea com loteamentos residenciais, como se observa no Mapa 3.

A isso se chama, conforme Salles (2008, p.181) “surgimento do cinturão de loteamentos residenciais suburbanos”. Surgem os “Bairros Jardins”, destinados às classes abastadas, há uma valorização do Setor Oeste da cidade, o ônibus surge como novo veículo de transporte coletivo. Persiste, em 1940, a pequena densidade de ocupação urbana da porção mais externa da cidade, o que denota a especulação imobiliária desenfreada em que os terrenos se veem artificialmente valorizados. Há, um grande impulso gerador de subúrbios residenciais que se originou da ampliação do parque industrial na faixa de várzeas e terrenos fluviais, onde se verificará a maior concentração de imigrantes a partir de meados dos anos 40.

Conforme Bonduki (1998), é neste período que teve início o processo de periferização da cidade, decorrente do início da industrialização e da busca pela moradia mais barata. Segundo o autor, este processo teve como uma das causas a edição da Lei do Inquilinato, em 1942.

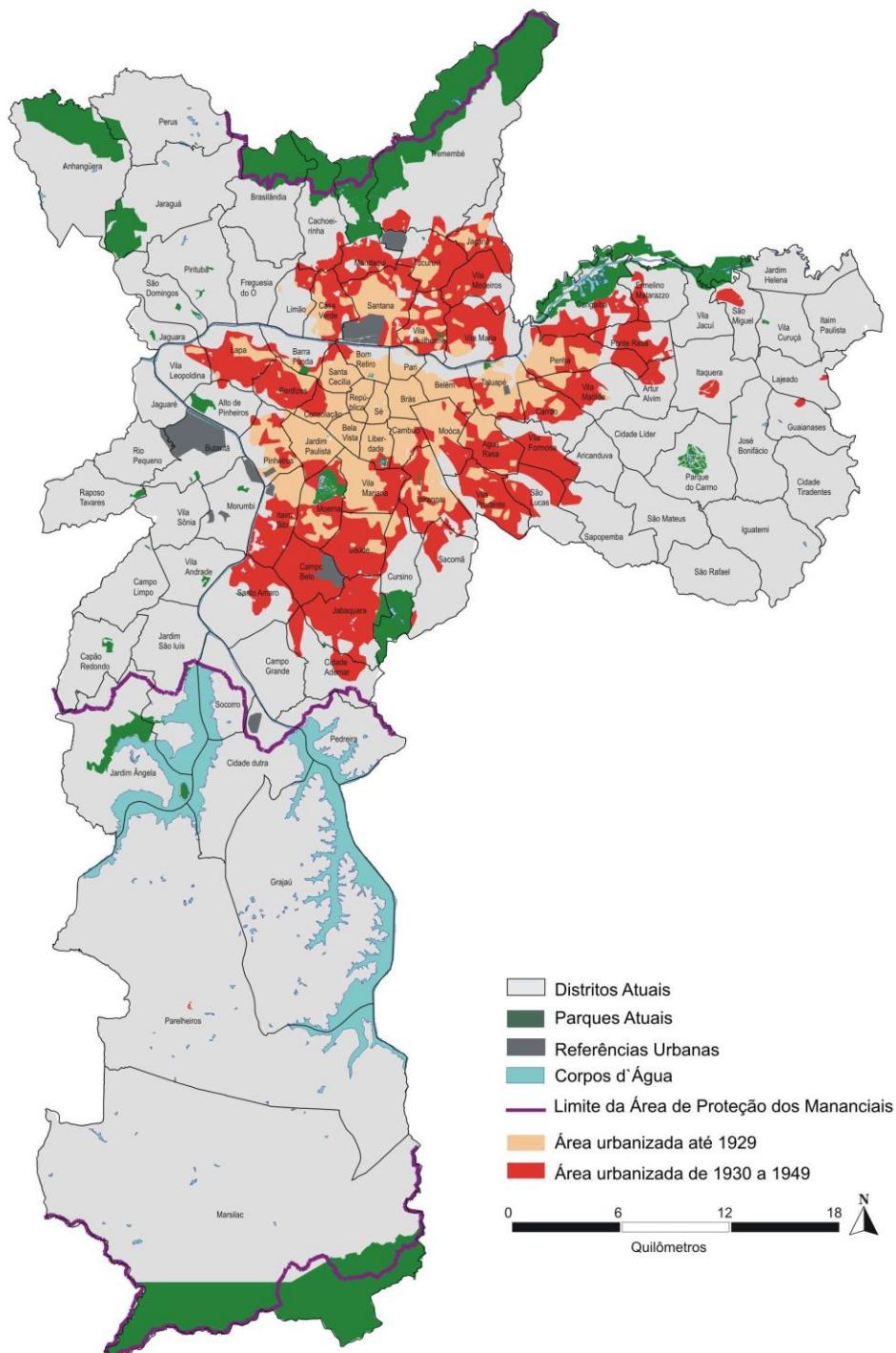
Segundo o autor, a Lei do Inquilinato foi também instrumento de política econômica. Ao impedir o aumento dos aluguéis, desestimulou a produção de moradia para renda com duplo objetivo: obrigar o redirecionamento dos investimentos para a indústria e reduzir o custo da mão de obra, cujos salários tinham como um dos componentes o aluguel da moradia. Contradicitoriamente, a industrialização atraia mais pessoas para os centros urbanos, mas faltava moradia.

Segundo Bonduki (1998, p. 248-249):

“A Lei do Inquilinato desestimulou a produção habitacional privada, ao passo que as iniciativas estatais no setor sempre foram insuficientes. (...) Sem acesso às formas tradicionais de moradia, a população trabalhadora passou a erguer ela mesma alojamentos precários em locais sem nenhum equipamento ou infraestrutura urbana, como favelas ou loteamentos na periferia, que começaram a ampliar a área ocupada da cidade”.

“O cenário da cidade nos anos 40 é contraditório e ambíguo, de crise e de

Mapa 3 – São Paulo – Área Urbanizada (1930/1949).



Mapa 3 - Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/

progresso: enquanto os trabalhadores sofrem com a falta de moradia, São Paulo é renovada por novas avenidas e “embelezada” por arranha-céus, num contexto de opulência, especulação industrialização.”

A renovação mencionada pelo autor é a implantação do Plano de Avenidas de Francisco Prestes Maia, uma das maiores intervenções urbanas ocorridas na capital. O plano consistiu na abertura de avenidas radiais ao centro e implantação da rotunda central formada pelas avenidas Rangel Pestana, Mercúrio, Senador Queiroz, Ipiranga, São Luís, viadutos Nove de Julho, Jacareí e Dona Paulina (BONDUKI, 1998, p. 248).

Figura 1 – Plano de Avenidas do Prefeito Prestes Maia

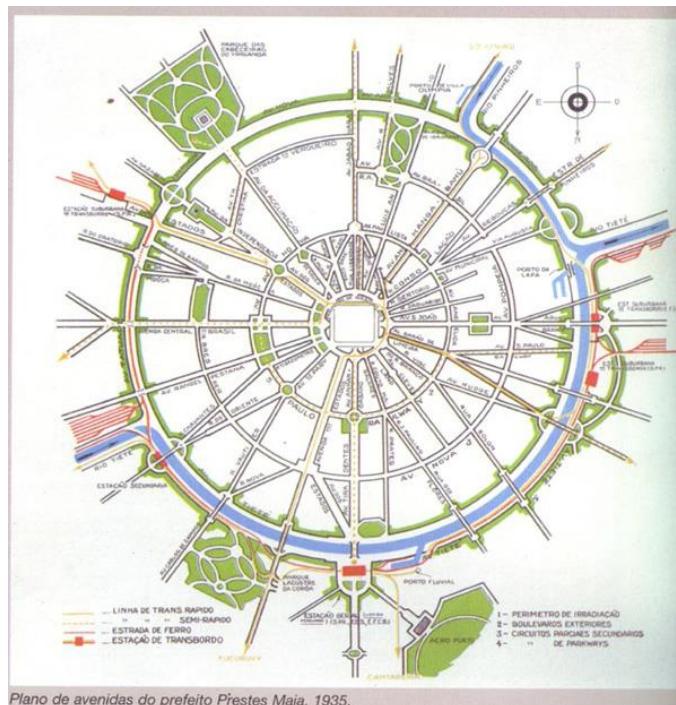


Figura 1- Fonte: <http://www.respirasaopaulo.com.br/MAPA%20PLANO%20DE%20AVENIDAS.JPG>

Com a impossibilidade de se assentarem nos imóveis que já existiam – lembrando que esses se encontravam primordialmente na região central da cidade – muitos foram em busca de outras possibilidades, contudo, esse processo de "escolha" não se deu aleatoriamente.

Santos (2015) apresenta dois aspectos que definem, em grande parte, o valor da terra urbana: a localização da propriedade, que se refere à sua acessibilidade a todos os demais pontos da cidade, especialmente a pontos valorizados (é o fator principal, porque supondo que dois terrenos sejam beneficiados pelos mesmos serviços públicos nem por isso tem o mesmo preço), além dos serviços públicos disponíveis (como vias de circulação, hospitais, parques, entre outros). Quanto mais próximo o imóvel estiver da região central – local onde historicamente se estabeleceram investimentos – maior seria o custo de moradia.

Outra especificidade, apresentada por Bonduki (1998), é a estratégia dos loteadores, em vender mais barato os lotes mais distantes (como foi o caso do extremo leste da cidade, como Itaquera, Artur Alvim, Penha, entre outros), já que assim, tornava-se possível atrair a ocupação pioneira, e, consequentemente, após sua ocupação, surgiriam reivindicações populares por investimentos públicos (já que estas regiões não tinham nenhuma infraestrutura), o que acabava por valorizar os lotes ainda não vendidos, garantindo altos lucros no futuro.

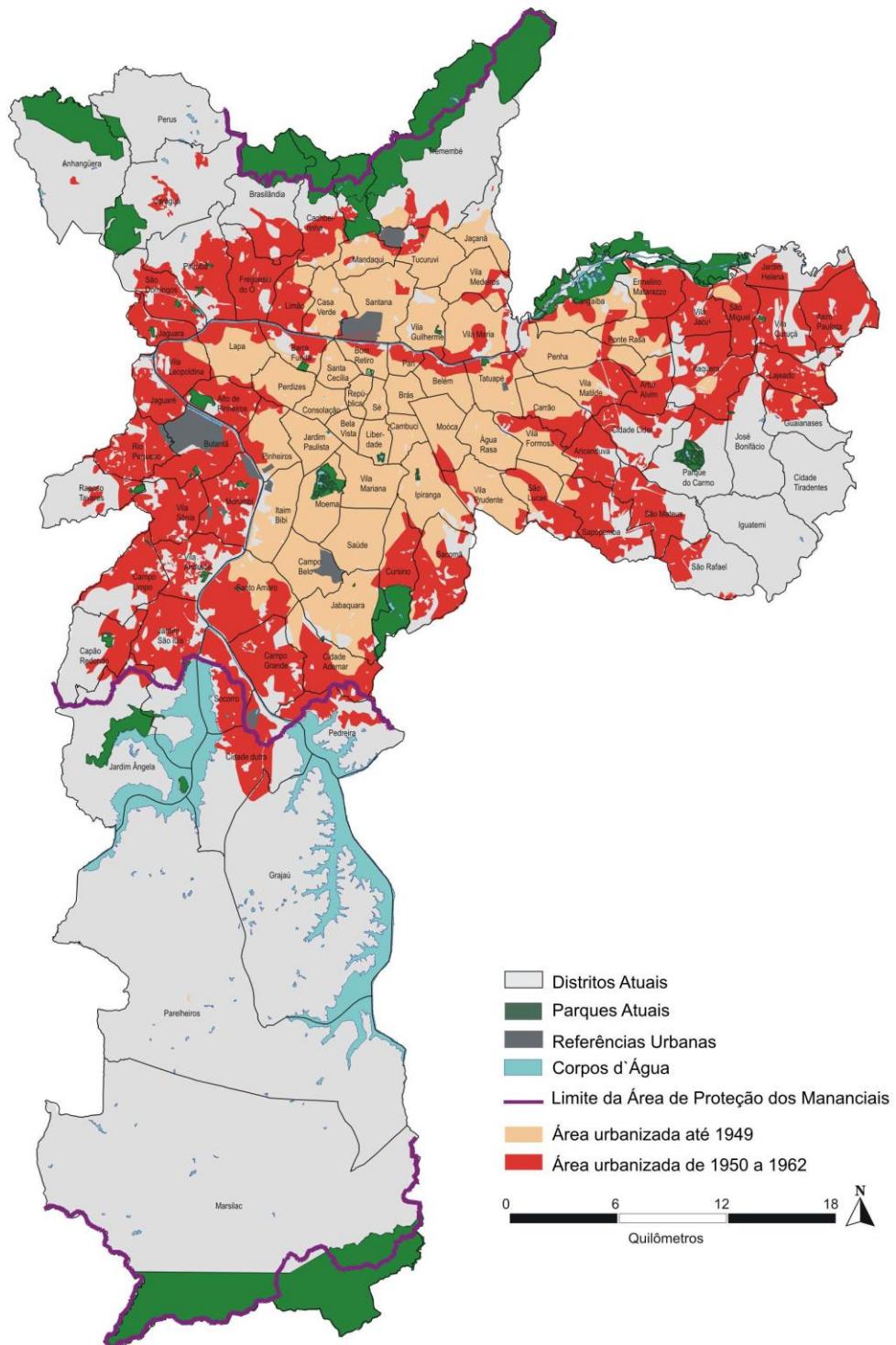
"Vende-se os lotes pior localizados para em seguida gradativamente e a medida que o loteamento vai sendo ocupado, colocar-se os demais à venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, valorizando o loteamento. É comum também deixar-se lotes estratégicamente localizados para a instalação de serviços e comércio de abastecimento diário - padarias, açougues, farmácias, etc. - ou então os conjuntos comerciais. Estes lotes obviamente terão seu preço elevado em relação aos residenciais porque visam a conquista de um mercado que se amplia e se consolida." (RODRIGUES, 1988, p. 21-22).

Observa-se, que as ações do poder público, somadas às ações de setores hegemônicos da sociedade, destinaram, em grande parte, a possibilidade de moradia aos mais pobres, as regiões mais periféricas (distantes do centro urbano) da cidade e consequentemente longe da infraestrutura existente neste período; esse processo resultaria mais adiante na formação de uma periferia urbana da cidade.

Segundo Nunes (2014), esse processo de formação da periferia da Cidade de São Paulo, iria se acentuar nos anos 1950, e o afluxo de migrantes ocorrido nas décadas de 1960 e 70 iria consolidar a periferia, constituída em grande parte por loteamentos e favelas. O mapa 4 demonstra exatamente esse processo, bairros como Itaim Paulista, Jardim Helena e Lajeado, que estão no limite municipal (extremo leste), começaram a ser urbanizados.

Assim, podemos afirmar que este período foi marcado pela maior expansão da metrópole paulista, que se iniciou no segundo pós-guerra e estendeu-se ao início dos anos 1960, época em que houve a grande aceleração do processo de localização industrial. Tal processo vinculou-se diretamente à expansão rodoviária no estado de São Paulo, que viabilizou a instalação de novas indústrias na Região Metropolitana, tal como ocorreu ao longo da Via Anchieta, nos municípios do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), que assistiram, também, a importantes alterações demográficas (BÓGUS E PASTERNAK, 2015, p. 16).

MAPA 4 – São Paulo – Área Urbanizada (1950/1962).



Mapa 4 - Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/

3. MUDANÇAS DA ECONOMIA NO CAMPO E EXPANSÃO DA PERIFERIA URBANA

“Aglomeração Paulistana” foi o termo que a partir de 1957 a municipalidade adotou para descrever a metrópole e que já era, simultaneamente, a expressão do dinamismo da cidade, do avanço demográfico, da dimensão alcançada pela ocupação urbana e, sobretudo, da relação que se estabelecia entre os diferentes municípios, como: Osasco, Guarulhos, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Taboão da Serra. Essa mudança de escala aconteceu durante o período entre 1960 até 1980, é importante destacar que apesar de o ritmo de expansão da área urbanizada não ser uniforme e nem tampouco unidirecional, a expansão radioconcêntrica do município-sede se reproduziu na escala regional e seguiu, frequentemente, a direção dos investimentos públicos em infraestrutura (MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004, p. 41).

Como argumenta Burgos (2009, p. 30), a expansão da periferia urbana se deu através do binômio loteamento-ônibus, correlato ao binômio subúrbio-estação, onde predominam o padrão periférico de urbanização, numa lógica espacial estruturada em função do deslocamento de trabalhadores dos “bairros dormitórios” para os locais de trabalho. Outras formas de moradia, ligadas à pobreza urbana, também estão historicamente presentes no espaço urbano da metrópole, como os cortiços e as favelas, estas últimas em ritmo crescente. A partir da década de 70, sob o regime militar, predominaram as políticas habitacionais que deram origem a inúmeros e enormes conjuntos habitacionais, sem, contudo, conterem a “auto-construção” e a favelização, que permanecem na atualidade como continuidade da desigualdade social deste processo histórico.

A ocupação destas regiões da cidade se deu durante um período de intensa migração do trabalho rural para o urbano, que direcionou para as cidades médias e grandes os fluxos internos de pessoas no país e que acabaram, em grande parte, sendo incorporadas no mercado de trabalho industrial (SINGER, 1973).

“Concomitante à industrialização, ocorrerá uma mobilidade do trabalho rural marcada por uma ausência de reforma agrária, a qual, segundo Henrique (1998),

gerou concentração de propriedades ao passo de um intenso e desigual processo de modernização agrícola a partir dos anos 60, havendo importantes transformações econômicas e sociais no meio rural, apesar de continuar a se reproduzir a pobreza ligada à falta de acesso à terra, aos baixos salários e à não-integração dos pequenos produtores aos circuitos mais modernos de produção, distribuição e financiamento, o que foi conceituado como ‘Modernização Conservadora’ (BORGES E ROCHA, 2004, p. 388).

Outro aspecto, que devemos assinalar, é que a partir dos anos 60 a indústria nacional iniciou um grande processo de restruturação, que se desenrolou até final dos anos 80 e início dos anos 90, marcado pelo fim da produção em massa, substituindo-a por uma maior diversificação e qualidade dos produtos, o que propiciou uma maior competitividade no âmbito das pequenas empresas de apoio, as quais passaram a cumprir o papel de prestadoras de serviços complementares à produção das grandes marcas, ou melhor, cada empresa terceirizada produz um fragmento do produto acabado, configurando uma produção mais flexível, pronta para atender as mudanças e a nova competitividade do mercado (GEORGES BENKO, 1999). Apesar disso, é importante destacar que a industrialização brasileira, neste período, representou para uma parcela restrita da população, o acesso efetivo a padrões de consumo semelhantes aos das economias capitalistas avançadas, e, para outros, os incluídos de forma perversa, o sonho, nem sempre alcançado, da ascensão social e da melhoria de vida (HENRIQUE, 1998).

Essa busca por maior flexibilização produtiva, segundo Borges e Rocha (2004) , resultou na dependência da força de trabalho ao capital, pois os trabalhadores que anteriormente eram representados por fortes sindicatos perderam espaço e força frente à luta pelo controle produtivo, devido à inserção de tecnologias, que, além de cumprir o papel de diversificar a produção, aumentou o contingente do exército de reserva, com o processo de substituição de mão-de-obra, fator que garantiu um menor custo de produção.

Na cidade esse processo representou uma grande expansão da periferia urbana, como destacamos anteriormente, sendo a Zona Leste um dos principais focos deste

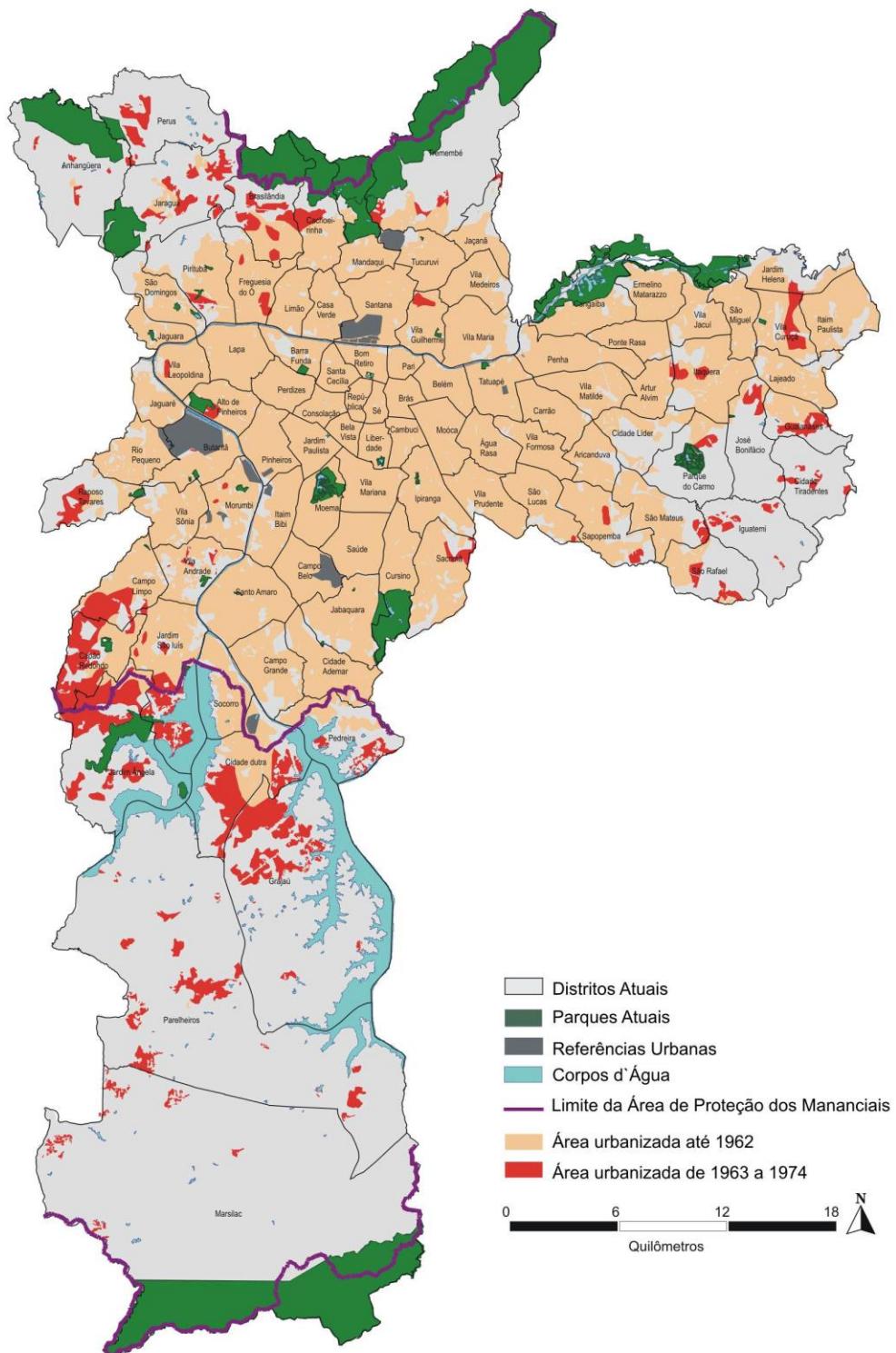
crescimento. Esse processo se deu sob a forma de loteamentos clandestinos e favelas, mas também de conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado. (BARONE, 2017, p. 67)

Como considera Azevedo (1945), a Zona Leste foi predominantemente ocupada, desde o final do século 19, pelas classes trabalhadoras. A ocupação iniciou-se ao longo da linha férrea, ao redor das estações. Com a inserção do ônibus como meio de transporte, esse tipo de ocupação flexibilizou-se, levando ao espalhamento da mancha urbana.

Uma das áreas de maior absorção desse crescimento, em termos de oferta de trabalho, era a região do Grande ABC, contígua à Zona Leste. A partir de então, com a maior atratividade exercida pelo desenvolvimento industrial de São Paulo e do ABC, a Zona Leste passou a ser procurada pelos imigrantes de baixa renda, constituindo bairros-dormitório extremamente precários e descontínuos (AZEVEDO, 1945).

O mapa 5 expressa esse movimento: observa-se que existem poucos espaços, em comparação a períodos anteriores, com novas manchas de urbanização. Na Zona Leste, esse movimento de estabilização da mancha urbana deve-se ao início do processo de consolidação da periferia urbana que abordaremos a seguir.

MAPA 5 – São Paulo – Área Urbanizada (1963/1974).



Mapa 5 - Fonte: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/

4. CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS FORMAÇÃO DA PERIFERIA URBANA E FORTALECIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

Com as transformações na indústria, o início dos anos 80 ficou marcado pela liberação de trabalhadores em escala cada vez maior, o progressivo processo de inovação, tecnológica e gerencial, reduziu a necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra. Contudo, é importante destacar que a indústria continua a produzir valor, mas deixa de produzir empregos (ROLNIK & FRÚGOLI, 2001).

Afim de ilustrar esta questão, o município de São Paulo tinha, em 1990, segundo Rolnik e Frúgoli (2001), 891.699 trabalhadores em estabelecimentos industriais, número este número que cai para 633.082 em 1995. O setor de serviços, embora crescente, não chega a absorver mão-de-obra no ritmo do crescimento da demanda.

“A eliminação de postos de trabalho formalizados na Indústria paulistana foi contrabalançada – parcialmente e quantitativamente- pelo aumento do assalariamento sem carteira e do trabalho autônomo no Terciário, posições usualmente associadas a precarização do trabalho (DEDECCA E MONTAGNER, 1996). No caso da capital paulista, a participação do Terciário no total da ocupação aumentou de 68,2% para 71,4%, entre 1996 e 2001 (SEADE, 2001 apud OLIVEIRA, 2005).”

Na cidade, esse processo de empobrecimento de grande parte da população afetou o espaço urbano e as suas diversas funcionalidades. Por um lado, vão se esvaziando as regiões que se caracterizam pela atividade industrial, que traçava uma barreira fabril entre a periferia precária a Norte - Oeste - Leste - Sudeste e a cidade rica e equipada a Sudoeste (Rolnik & Frúgoli Jr., 2001). À medida que as indústrias saem da cidade, os bairros onde elas se localizavam podem ser repovoados para usos residenciais, comerciais e de lazer. Rolnik & Frúgoli Jr (2001) citam os bairros do Tatuapé, Mooca e Belém, todos da zona leste, como exemplos que se realizam até hoje.

“Apesar dessa verticalização, o distrito do Tatuapé teve, entre 1991 e 1996, um decréscimo populacional, o que indica uma provável mudança de composição social, com a possível remoção de parte da população original para áreas mais

desqualificadas, o que poderia constituir a pauta de uma futura pesquisa para averiguação e aprofundamento. Tudo o que já foi mencionado leva a crer que a área hoje formada pelo Tatuapé e Anália Franco constitui um território à parte, um enclave marcado por uma forte intervenção do capital imobiliário e pela distinção social, mais do que propriamente uma nova tendência de urbanização na Zona Leste.” (ROLNIK & FRÚGOLI, 2001, p. 52).

Por outro lado, nas regiões mais periféricas da cidade, o mercado imobiliário formal atuou pouco, conforme apontam Rolnik e Frúgoli Jr. (2001). Sendo assim, nos distritos da Zona Leste mais distantes do Centro, como Lajeado, Guaianazes, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes e Iguatemi, o processo de verticalização foi configurado, predominantemente, pela implantação de conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público (COHAB e CDHU), cercados por loteamentos clandestinos com pouca ou nenhuma urbanidade. Neste período, esta região estava ainda classificada como zona rural, apesar de existirem extensos núcleos urbanos formados. A partir da década de 70, esses foram transformados em áreas destinadas à conjuntos habitacionais, que seriam construídos por empresas estatais (ROLNIK & FRÚGOLI JR., 2001).

Segundo Rolnik (1997, p. 201), o Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, foi o grande financiador dos conjuntos habitacionais populares, pois adquiria extensas áreas em Itaquera e Guaianazes (bairros do extremo da zona leste da cidade de São Paulo) e acabava repassando-as à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB, que se responsabilizava pela construção.

Contudo, é importante ressaltar que a maior parte dos conjuntos habitacionais foram feitos a partir de 1980, como resultado do início do processo de redemocratização do país. Neste período, os movimentos pela reforma urbana ganharam força, liderados pelos movimentos sociais e apoiados pela ala progressista da Igreja católica (NUNES, 2014, p. 115).

Conforme Nunes (2014), em 1987, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, as pressões populares pelo direito à moradia se intensificam e a Constituição de 1988 incorporou a função social da cidade e da propriedade. A produção

estatal de moradias populares encontrou, neste período, a “solução” para o déficit habitacional, construindo enormes conjuntos na periferia, sobretudo na zona leste da cidade, em áreas rurais, onde eram antigas fazendas, e, portanto, de baixo custo. O problema é que não havia infraestrutura, nessas regiões mais afastadas – como resultado do histórico de investimentos públicos que eram destinados em sua maior parte para bairros da elite paulistana – principalmente viária, para garantir o acesso das pessoas ao trabalho. Essa infraestrutura só foi sendo implementada gradativa e vagarosamente de maneira inversamente proporcional ao adensamento populacional verificado.

Neste contexto, a partir de 1960, tem início a construção da via Radial Leste (que teve seu último prolongamento concluído no ano de 2014) e na década de 1970 começa a implementação da linha Leste (Linha Vermelha) do Metrô de São Paulo, que demoraria até 1988 para ficar completamente pronta. Essas duas calhas de circulação foram implantadas junto à ferrovia (que hoje é de posse da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), consolidando definitivamente a direção Leste-Oeste como o principal eixo estruturador da Zona Leste de São Paulo. (ROLNIK & FRÚGOLI JR, 2001, p. 44-45).

Nota-se que essa estruturação em torno do eixo na direção Leste-Oeste, que liga o centro à periferia, reflete, como apontam Rolnik e Frúgoli Jr (2001), a proposta histórica da exclusão territorial dessa região, marcada por designar a essa região (tirando alguns casos específicos) a "função" de moradia, excluindo outras possibilidades. Observa-se, assim, com base nos autores, que a gestão pública foi responsável por grande parte dos problemas atuais, pois trabalhou como um vetor de desigualdade, direcionando um grande contingente populacional para regiões que não tinham infraestrutura suficiente para recebê-los. Nota-se que grande parte dos investimentos públicos na Zona Leste é pautado na questão do transporte e da moradia

“Esse processo histórico de destinação socioeconômica dos territórios da cidade teve, como já vimos, a participação decisiva do poder público, que, de um lado, concentrou investimentos no centro expandido protegendo, através de um complexo regulatório urbanístico, o patrimônio imobiliário da população de maior renda que vive nesse território e, de outro, priorizou investimentos na periferia, basicamente em sistema viário e de transportes, que servem para mover a

população trabalhadora da "cidade-dormitório" para os espaços de trabalho. Durante décadas a região foi se urbanizando progressivamente, acompanhando o crescimento acelerado da população paulistana, com os maiores índices de crescimento demográfico do município, notadamente da população de baixa renda" (ROLNIK & FRÚGOLI JR, 2001, p. 44-45).

Além disso, este período também ficou marcado pelo aumento do percentual da população paulistana morando em favelas, entre 1980 e o ano 2000, a população favelada de São Paulo cresceu à taxa de 5,12% anuais, enquanto a população municipal, para o mesmo período, cresceu a uma taxa de 1,07% anuais (PASTERNAK, 2003). Pode-se atribuir, em grande parte, essa questão à crise do emprego e renda, explicitada anteriormente, como também à demora do Estado em produzir políticas sociais de moradia consistentes.

Se por um lado, ao longo dos anos 80 e 90 os movimentos sociais e populares conseguiram pautar o processo de redemocratização com questões pertinentes à construção de um Estado de direitos, como aponta Rolnik (2012) - este modelo incluía a melhoria de serviços públicos, a inclusão das favelas e periferias como objeto de investimento, o apoio a cooperativas e programas de geração de renda e outras formas de enfrentamento da crise e de compensações e proteções - por outro lado, como resposta a este processo, afirma a autora, instaura-se o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças.

A ascensão do pensamento liberal na condução da política governamental se realiza, dentro do espaço urbano, segundo Oliveira (1998), com a convergência entre capital privado e Estado, processo este que norteou as políticas urbanas e de mercado de trabalho. Como exemplo, o autor cita: as propostas de renovação de espaços degradados (sobretudo nas áreas centrais) ou a abertura de novas frentes de expansão urbana, o potencial crescimento do emprego e da atividade econômica e a irradiação de seus efeitos sinérgicos sobre o restante da cidade, isso tudo tem sido usado como justificativa para implementação desses empreendimentos.

É fácil perceber que num contexto de baixo crescimento crônico, propostas vinculadas à ampliação do nível de emprego têm forte apelo junto à população, principalmente entre as camadas menos favorecidas da sociedade. Tal situação ajuda a explicar as razões que movem a população a apoiar propostas de política urbana que beneficiam porções específicas da cidade que, em muitos casos, já contam com importantes equipamentos urbanos. Entretanto, as medidas tomadas contribuíram para a manutenção do baixo dinamismo econômico, do alargamento da heterogeneidade intersetorial, regional e, sobretudo, ocupacional do país e para intensificar a precarização do mercado de trabalho, materializadas na elevação do desemprego aberto e no crescimento da informalidade das relações contratuais (CASTRO & DEDECCA, 1998).

Segundo Rolnik (2012), como resultado desse processo, do ponto de vista político, os partidos que, como oposição, lideraram experimentações de gestão democráticas em governos populares nas décadas de 1980 e 1990, a partir de 2003 formaram uma coalizão em âmbito federal, aonde as lideranças que emergiram do movimento sindical ganharam uma nova hegemonia política, exercendo enorme influência sobre a agenda do desenvolvimento. O modelo de “integração pelo consumo”, o crescimento com geração de empregos e melhoria das condições salariais – tipicamente identificada com as reivindicações sindicais - definiu a priorização do uso de recursos públicos para o promover desenvolvimento urbano via promoção de grandes projetos de infraestrutura que redesenham a rede urbana do país.

Sob o mesmo contexto, a política habitacional que se seguiu é concebida e praticada, segundo Rolnik (2012) como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, colocando-se de forma desarticulada com uma política de ordenamento territorial e fundiária destinada a disponibilizar terra para moradia popular. O resultado é um extraordinário aumento no preço de terras e imóveis. O programa Minha Casa Minha Vida, formulado como política industrial – e com grande apelo eleitoral - tem ignorado as conquistas no campo do direito à cidade, do direito à moradia e no campo da cidadania, afirma Rolnik (2012). O financiamento diretamente para as construtoras, como estímulo à produção habitacional de mercado, continua a autora, transformou-se em um enorme mecanismo de transferência de subsídios

públicos, do orçamento estatal, para o preço da terra e dos imóveis em uma conjuntura sem controle algum sobre o processo de especulação imobiliária. Neste contexto, a zona leste recebeu grandes investimentos públicos e privados, com intuito de se atender, em grande parte, às suas necessidades habitacionais históricas. Contudo, esse processo engendrou num processo especulativo, que ocasionou aumento do custo dos imóveis e alugueis.

"...analisando a proposta do PMCMV tendo como referencia o que foi a experiência da política habitacional do Regime Militar – período de maior construção de moradias no país – foi possível prever o que a experiência recente já mostra: o impacto negativo sobre as cidades devido a localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e ao aumento do preço da terra e dos imóveis. A maior parte da localização das novas moradias – grandes conjuntos sendo alguns, verdadeiras cidades, será definida nos municípios e metrópoles, por agentes do mercado mobiliário sem obedecer a uma orientação pública, mas a lógica do mercado. " (MARICATO, 2011, p. 68)

Mais recentemente, com a preparação de São Paulo para Copa do Mundo e as Olimpíadas – abriu-se espaços ‘sem norma nem lei’, ou onde estas podem ser flexibilizadas e excepcionalizadas para a entrada de investimentos internacionais (ROLNIK, 2012).

"As nossas cidades estão sendo incluídas nos circuitos mundiais que buscam novas fronteiras de expansão da acumulação, diante da permanente crise do capitalismo financeirizado. E o Brasil aparece com atrativas fronteiras urbanas exatamente em razão do ciclo de prosperidade e estabilidade que atravessamos, combinadas com a existência de ativos urbanos passíveis de serem espoliados e integrados aos circuitos de valorização financeira internacionais". (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2011)

Para Rolnik (2012), a liberação de terra bem localizada para empreendimentos e grandes negócios através das remoções forçadas ou da aplicação de instrumentos que constam no Estatuto da Cidade, como a Concessão Urbanística são já efeitos visíveis destas práticas: uma gestão do solo urbano desenhada para explorar ao máximo as

possibilidades de sua valorização. As conquistas no campo da legalidade e do direito à cidade, fruto sobretudo da luta da população de menor renda, são ignoradas e tratadas de maneira ambígua e discricionária. No caso de comunidades removidas, o direito à posse e à moradia digna são convenientemente relegados a uma condição secundária em função da equação da lucratividade dos projetos de intervenção urbanística.

Não se pode negar a importância do crescimento econômico, da geração de empregos, da valorização do salário deste período, mas se não houver uma política de enfrentamento da lógica corporativa e patrimonialista de gestão das cidades e um fortalecimento da regulação pública sobre o território, é muito provável que esses ganhos se tornem perdas no futuro, afirma Rolnik (2012).

A Zona Leste como principal espaço – devido a construção da "Arena Corinthians" – da realização destes grandes eventos internacionais, sofreu diversas transformações, contudo, esse processo se deu dentro desta lógica perversa de gestão do uso do solo urbano desenhada para explorar ao máximo as possibilidades de sua valorização, sem que os direitos básicos conquistados no campo da legalidade e do direito à cidade, fruto sobretudo da luta da população de menor renda fossem respeitados.

Sendo assim, podemos destacar que o período assinalado representou uma fase de grandes mudanças, cujos efeitos perduram até os dias de hoje. É a fase na qual a Região Metropolitana assistiu à desconcentração das atividades industriais e da população – já iniciada em meados dos anos 1970 – à reestruturação das atividades econômicas, à inserção do país no contexto da globalização e ao grande incremento das atividades terciárias, que se tornaram, em muitos casos, o reduto dos desempregados do setor secundário da economia. (BÓGUS & PASTERNAK, 2015, p. 16)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou, com base no referencial bibliográfico consultado, compreender como o processo de formação da cidade de São Paulo direcionou para regiões cada vez mais distantes grandes contingentes populacionais, principalmente, os de baixa renda. Escolhemos como recorte a zona leste, contudo, esse fenômeno se reproduziu, em maior ou menor escala, em todas direções da cidade.

Iniciamos o nosso estudo ao final século XIX e início do século XX quando a cidade tinha poucos espaços que poderiam ser considerados urbanizados; na zona leste, esses se restringiam basicamente ao que conhecemos hoje como bairro do Brás.

Foi justamente nesta transição de séculos que se iniciaram grandes alterações de ordem macroeconômicas no país e como resultado, houve um direcionamento dos investimentos nacionais para a cidade de São Paulo, como também para o seu estado.

Neste cenário, a cidade teve um aumento de 791% de sua população, em menos de 30 anos. A voracidade das indústrias que atraíam multidões de trabalhadores, foi um dos responsáveis por este acréscimo. Contudo, esse intenso dinamismo não foi acompanhando por políticas de habitação, infraestrutura e, principalmente, por políticas sociais que atendessem as demandas dessa população.

Esse processo se evidencia pela forma com que a cidade foi sendo ocupada, as regiões centrais não podiam ter o seu número de habitações expandidas de modo expressivo, devido a regulamentação municipal. Sendo assim, coube às regiões mais afastadas a tarefa de abrigar novas moradias, a zona leste teve um papel fundamental, já que o custo de aquisição dos terrenos eram mais baixos se comprados a outras regiões, pois em sua maior parte ela era ainda classificada como rural.

Outro aspecto importante é que os agentes privados que foram os maiores responsáveis por lotear e comercializar esses locais, investiam pouco em infraestrutura deixando para a própria população a função de reivindicar o acesso por mínimas condições de infraestrutura, junto ao Estado, que por sua vez procurou direcionar os seus investimentos para as regiões centrais ou que detinham o interesse das elites.

Assim se iniciou o processo de periferização urbana que foi intensificado com declínio do emprego na indústria¹, com a não absorção destas massas pelo setor terciário e com a continuação dos processos de atração populacional, principalmente, de trabalhadores rurais.

Neste contexto, a zona leste foi sendo ocupada progressivamente, chegando até a extrapolar o limite municipal, passando para cidades vizinhas. Essa ocupação resultou no distanciamento do emprego, educação e saúde, pois esses equipamentos estão historicamente localizados nas regiões centrais da cidade, o que caracteriza a intensificação dos problemas ocasionados pela falta de investimentos o Estado.

A partir dos anos 80, como resultado do processo de redemocratização e fortalecimento dos movimentos sociais, o Estado se viu obrigado a investir mais fortemente nesses aparatos. Entretanto, após décadas de descaso as medidas não foram suficientes para resolver este cenário, na verdade, em grande parte, essas medidas foram para afirmar a posição da zona leste como região dormitório.

Por outro lado, como resposta a este movimento, instaura-se o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças. Esse processo, dentro do espaço urbano, gerou a convergência entre capital privado e Estado, o que norteou as políticas urbanas e de mercado de trabalho.

Como exemplo, deste processo, podemos citar: as propostas de renovação de espaços degradados (sobretudo nas áreas centrais) ou a abertura de novas frentes de expansão urbana, o potencial crescimento do emprego e da atividade econômica e a irradiação de seus efeitos sinérgicos sobre o restante da cidade, isso tudo tem sido usado como justificativa para implementação desses empreendimentos.

Por fim, é necessário reconhecer que os levantamentos e as conclusões apresentadas aqui não têm qualquer intenção de esgotar o assunto. Ao contrário, espera-se que as informações apresentadas nesta monografia sirvam como uma pequena colaboração para futuras pesquisas a respeito do tema ou, ainda, despertem a atenção de outros pesquisadores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADIO, Décio. **Desenho Urbano e Bairros Centrais de São Paulo – Um estudo sobre a formação e transformação do Brás, Bom Retiro e Pari.** São Paulo: Tese de Doutorado, FAU-USP, 2004.

AZEVEDO, Aroldo. **Subúrbios orientais de São Paulo.** Tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, capítulo IV: Itaquera e Poá. São Paulo.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Periferia como questão: são paulo na década de 1970. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 20, n. 33, p. 64-85, june 2013. ISSN 2317-2762. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/postfau/article/view/80921>>. Acesso em: 01 aug. 2017.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1999.

BORGES, William Antonio; ROCHA, Marcio Mendes. **A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho.** Revista Geografia. Rio Claro, SP, v. 29, n. 3, p. 383-400, 2004.

BÓGUS, Lucia Maria; PASTERNAK, Suzana. **São Paulo: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 15-27.

BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo.** 4 v. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1954.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-10032010-110647. Acesso em: 2017-08-01.

- CASTRO, N. A.; DEDECCA, C. S. Flexibilidade e precarização: tempos mais duros. In: **_____. A ocupação na América Latina: tempos mais duros.** São Paulo; Rio de Janeiro: Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, 1998, p.9-18
- DE OLIVEIRA, Alberto. **Planejamento urbano e geração de empregos: a cidade de São Paulo (Brasil) nos anos 90.** EURE (Santiago), Santiago , v. 31, n. 92, p. 47-64, maio 2005 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612005009200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 16 dez. 2015.
- GASPAR, Ricardo; APARÍCIO, Cimar; BESSA, Wagner. A Metrópole de São Paulo: desenvolvimento econômico recente e configuração interna. In: BÓGUS, Lucia Maria; PASTERNAK, Suzana. **São Paulo: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 27-51.
- HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20).** São Paulo: Ática, 1991.
- HENRIQUE, Wilnês. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (org). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil.** Campinas: UNICAMP/IE, 1998. p. 73-108.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. (2004) **São Paulo: Metrópole.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP/Imprensa Oficial, 2004.
- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade à Metrópole).** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. (ok)
- MOTA, Paula de Brito. **A cidade de São Paulo de 1870 a 1930.** Tese (Mestre em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível

em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=219>. Acesso em: 2016-01.

NUNES, Monica Balestrin. **Paisagens clandestinas: a estrutura fundiária como componente da paisagem da zona leste paulistana.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26052015-101028/>>. Acesso em: 2016-01

OLIVEIRA, Carlos Afonso Barbosa. **Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra.** In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

PASTERNAK, Suzana. Um olhar sobre a habitação em São Paulo **Cadernos Metrópole**, São Paulo, 2003, n. 9, p. 81-117.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. São Paulo.** 2012. Disponivel em <<https://raquelrolnik.wordpress.com/artigos-e-publicacoes/>>. Acesso em 16 dez. 2015

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI JR, Heitor. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências.** Cadernos Metrópole. (eletrônico) 2236-9996, n. 06, p. 43-66, 2001.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades Brasileiras.** São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

SALLES, Maria. Território e experiência imigratória: os refugiados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial, **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 20, p. 179-196, 2008. (ok)

SANTOS, Laerte Moreira dos. **Expansão urbana da cidade de São Paulo e a segregação sócio-espacial durante o período de 1850 a 1992.** Disponivel em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/saopaulo.html>> Acesso: 25 dez. 2015

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O Bairro do Brás**. 2^a edição. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1985. I volume. Série História dos Bairros de São Paulo.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10^a edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Série Debates n°18.

RIBEIRO, L. C. Q; SANTOS JUNIOR, O. A. "Desafios da questão urbana". In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, n.45, abr. 2011. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=906>> Acesso em: 30 de março de 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.